

COVID-19 suspende atividades cruciais do setor elétrico e impactos já são visíveis

Faz já um mês que foi decretado pelo Governo Português o Estado de Emergência por um período de 15 dias, como medida essencial à mitigação dos efeitos nefastos da pandemia Covid-19. Dada a evolução da pandemia, essa decisão foi renovada até dia 2 de maio.

Neste sentido, tal medida levou a que grande parte das atividades com peso substancial na geração de valor acrescentado bruto do País fossem interrompidas, à parte da indústria, que continua ativa, mas com quebras substanciais na produção devido à paragem da maioria das atividades e livre circulação das pessoas, tendo muitas acabado por adotar o regime de *lay-off*. As fronteiras estão também encerradas, exceto para o transporte de mercadorias e circulação individual por motivos laborais. Esta situação está a ter e terá significativos impactos em todo o tecido empresarial, não apenas a uma escala nacional, mas também europeia e mundial.

Não obstante, **o setor da eletricidade renovável permanece em contínua atividade, pois é responsável pela prestação de um serviço essencial ao funcionamento do país.** Contudo, grande parte das atividades administrativas de desenvolvimento de novos projetos, fundamentais ao seu crescimento, foram suspensas. Neste âmbito, foi determinada, por Despacho da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), a suspensão de todos os prazos e procedimentos regulamentados pela legislação do setor elétrico e pelo Código de Procedimento Administrativo. Esta decisão teve ação imediata, suspendendo ainda os prazos processuais que expirariam durante o período de paralisação e qualquer apresentação de novos pedidos de licenciamento de projetos de centrais renováveis.

Estamos numa situação absolutamente extraordinária e incomparável, pelo que a prioridade deve ser a preservação da saúde das pessoas através do combate à pandemia em todas as frentes e de todas as formas que reduzam ao máximo o contágio. No entanto, é já real o cenário de crise económica e financeira global, sendo ainda prematuro avaliar o grau de severidade do impacto em termos de redução do PIB, desemprego e crise de liquidez. A maioria dos cenários aponta para que esta crise seja mais severa que a de 2008 e com consequências mais nefastas que a de 1929.

O setor renovável não é exceção. Esta situação de paralisação das atividades administrativas sem previsão de retoma, agravada pelo impacto nas cadeias de valor e futuramente na liquidez do mercado financeiro, irá comprometer seriamente os projetos de eletricidade renovável em *pipeline*. As negociações de financiamento podem sofrer alterações aos acordos inicialmente alcançados, principalmente no que respeita os projetos do leilão solar de 2019. O desenvolvimento destes projetos e licitação dos mesmos em sede de procedimento concorrencial foram feitos num determinado contexto de estabilidade económica, social e financeira, sendo hoje impossível avaliar quando serão restabelecidas. Assim, os projetos que já se encontravam numa fase mais avançada de negociação, com os acordos de *supply*, construção e de financiamento já fechados e assinados, estarão provavelmente mais protegidos. Por sua vez, os projetos em que tal não se verifique irão provavelmente enfrentar sérias dificuldades, pois a liquidez do mercado financeiro pode reduzir-se abruptamente e as cadeias de valor serão obrigatoriamente afetadas. Todavia, esperamos que a tutela seja sensível a estas situações e se estabeleçam prazos que se coadunem com a atual situação económica.

Aliás, sinais positivos surgiram já com o desbloqueamento dos projetos de pequena dimensão por parte do Ministério do Ambiente e Ação Climática que, através de despacho, veio permitir a

emissão de um certificado provisório em vez do certificado de operação, para pequenas unidades de produção, durante o estado de emergência. Essa decisão alavanca um total de 220 projetos de pequenas unidades de produção renovável, que perfazem 30 MW.

A um nível mais técnico e imediato, algumas das repercussões desta paralisação no setor eletroprodutor e no mercado de eletricidade são já identificáveis, nomeadamente no que se refere ao consumo de eletricidade, preço da eletricidade no mercado grossista MIBEL e preço das licenças de emissão de CO₂ no Centro Europeu de Licenças de Emissão (CELE), das quais a APREN salienta:

- Redução do consumo de eletricidade (normalizado com a temperatura e número de dias úteis) em 1,7% em relação a março de 2019, especialmente notório a partir da 4ª semana de março, especialmente em períodos de ponta.
- Significativa redução do preço das licenças de emissão de CO₂ em 24% desde o início de março, tendo atingido, a 23 de março, um preço mínimo diário de 15,2 €/tCO₂, como resultado da baixa procura do mercado.
- Significativa redução do preço do mercado grossista de eletricidade (MIBEL) em Portugal, de 32 % em relação ao início do ano.

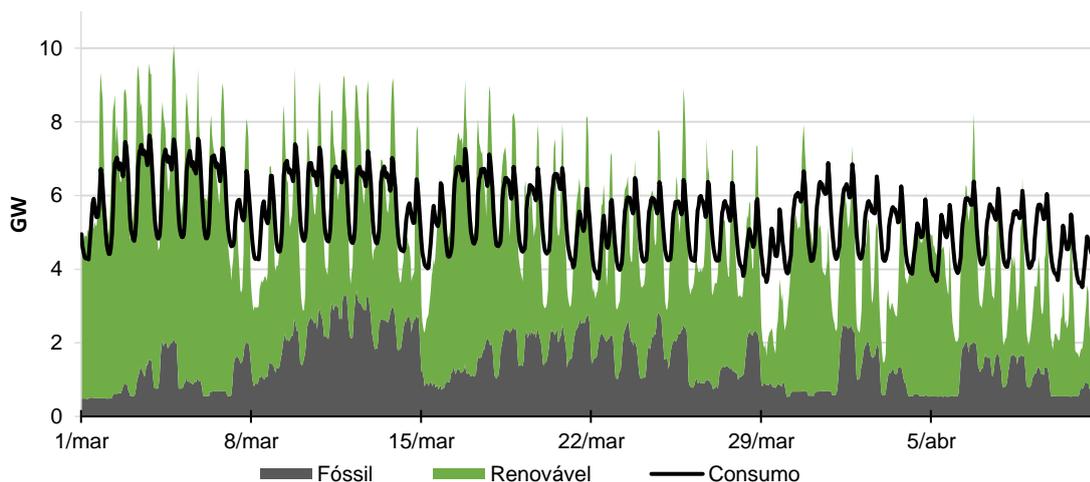


Figura 1. Diagrama de carga de 1 de março a 11 de abril 2020

Como resposta à situação de emergência nacional e à conseqüente queda do consumo e preço da eletricidade em mercado grossista, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) aprovou uma redução do preço da tarifa a ser aplicada ao mercado regulado de eletricidade em 5 €/MWh, o que se repercute numa redução de 3 % na fatura da eletricidade para os consumidores.

Há que louvar todas as medidas de apoio às empresas e manutenção dos postos de trabalho que o nosso Governo está a implementar. No entanto, será crucial procurar encontrar o equilíbrio entre o fim da crise sanitária e as medidas que minimizem o efeito de uma provável recessão económica. Neste ponto, é determinante uma intervenção concertada a nível europeu, uma política progressista de relançamento da economia, linhas de liquidez e uma atenuação da carga fiscal para as empresas e cidadãos.

É ao mesmo tempo crucial manter os desígnios da descarbonização da sociedade, que deverão acautelar o efeito nefasto da crise no que concerne ao ponto de partida do PNEC 2030 e, por sua vez, às futuras trajetórias a adotar. A emergência climática vai continuar a ser uma prioridade

social, económica e ambiental a que se tem de dar resposta e, por outro lado, neste contexto, todas as áreas setoriais com maturidade e *know-how* serão uma importante mais-valia para o crescimento e desenvolvimento da economia.

Esta estratégia ganha acrescida relevância, podendo ser um dos mais importantes motores para a retoma económica do ponto de grave recessão em que a grande maioria dos Estados Membros se encontra, bem como um vetor de geração de riqueza diferenciador a nível mundial, que poderá trazer importantes e diferenciadoras vantagens competitivas, tornando a Europa líder no mercado internacional. A eletricidade de fonte renovável tem um papel central na descarbonização e na retoma da economia com a atração de investimento, geração de emprego e receita fiscal acrescida e contribuição relevante para a segurança social.

Neste sentido, é fundamental criar alguma flexibilidade para o setor poder avançar, mantendo ao mesmo tempo inalterada a ambição climática nacional e europeia no que toca às metas de 2030. Esta visão é imprescindível, de forma a minimizarmos os efeitos nefastos desta crise sanitária e económica mundial na indústria, e podermos usar o *Green Deal* europeu como rampa de lançamento para tornar a Indústria Europeia mais competitiva e líder mundial.

Campanha APREN “Fique em casa, a nossa energia chega a si!”

A APREN criou um vídeo institucional, cuja principal mensagem é o facto de os nossos Associados continuarem, nesta fase difícil que atravessamos, a gerar energia verde, contribuindo assim para o normal funcionamento da sociedade:

[Vídeo APREN – Fique em casa, a nossa energia chega a si!](#)

Lisboa, 20 de abril de 2020

Luís Santos, Responsável de Comunicação, APREN

Tlf: (+351) 213 151 621

E-mail: luis.santos@apren.pt

Mariana Ludovino, YoungNetwork Group

Telf: (+351) 912 016 925

E-mail: marianaludovino@youngnetworkgroup.com